

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2016, da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM, empresa controlada pelo Banco Bradesco BBI S.A., é especializada na gestão de recursos de terceiros de diversos segmentos do mercado, como Varejo, Bradesco *Prime*, Bradesco *Private*, Bradesco Empresas, *Corporate* e Investidores Institucionais, além dos Internacionais.

No encerramento do 1º semestre de 2016, a BRAM possuía sob gestão R\$ 422 bilhões distribuídos em 764 Fundos de Investimento e 320 Carteiras Administradas, atendendo um total de 2.654.205 investidores.

No semestre, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 18,4 milhões, correspondente a R\$ 1.978,10 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 349,8 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 10,82%.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 27 de junho de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2016	2015
ATIVO		
CIRCULANTE	375.324	337.738
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	320	628
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	-	236.808
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	236.808
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	357.511	88.328
Carteira Própria	357.511	88.328
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	17.493	11.974
Rendas a Receber	14.109	9.338
Diversos	3.384	2.636
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.020	6.574
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	6.020	6.574
Diversos	6.020	6.574
PERMANENTE	3.519	3.139
INVESTIMENTOS (Nota 8)	222	256
Participações em Coligadas e Controladas:		
- No País	100	134
Outros Investimentos	334	334
Provisões para Perdas	(212)	(212)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	1.894	1.698
Outras Imobilizações de Uso	7.352	6.752
Depreciações Acumuladas	(5.458)	(5.054)
INTANGÍVEL (Nota 10)	1.403	1.185
Ativos Intangíveis	4.745	4.047
Amortização Acumulada	(3.342)	(2.862)
TOTAL	384.863	347.451

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.602	18.887
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	23.602	18.887
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23.602	18.887
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	11.328	13.125
Receitas de Prestação de Serviços (Notas 14 e 22b)	68.047	58.488
Despesas de Pessoal (Nota 15)	(32.644)	(26.922)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(12.893)	(12.617)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(6.546)	(5.631)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 8a)	(22)	(37)
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	42	539
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(4.656)	(695)
RESULTADO OPERACIONAL	34.930	32.012
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(8)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	34.922	32.012
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 21a e b)	(16.482)	(12.770)
Provisão para Imposto de Renda	(6.496)	(5.555)
Provisão para Contribuição Social	(5.216)	(3.531)
Ativo Fiscal Diferido	(4.770)	(3.684)
LUCRO LÍQUIDO	18.440	19.242
Número de ações (Nota 13a)	9.322.059	9.322.059
Lucro por lote de mil ações em R\$	1.978,10	2.064,14

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	34.922	32.012
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	637	751
Despesas com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	160	200
Depreciações e Amortizações	447	514
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	22	37
Perda na Alienação de Bens e Investimentos	8	-
Lucro Líquido ajustado antes dos impostos	35.599	32.763
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	(13.225)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3.634	12.010
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(4.480)	1.702
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(10.524)	(8.405)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(23.303)	(24.310)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	886	535
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação de Imobilizado de Uso	3	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(310)	(162)
Aquisição no Intangível	(404)	(264)
Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(711)	(426)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	175	109
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	145	519
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	320	628
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	175	109

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM" ou "Instituição") tem como objetivo praticar operações e atividades atinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco "Organização", sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de julho de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e

• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

g) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

h) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano, sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por *software*, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possuir controle da situação ou há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2014	133.000	12.232	149.575	-	294.807
Aumento de Capital com Reserva (Nota 13b)	15.000	-	(15.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	19.242	19.242
Destinações: - Reservas	-	962	18.097	(19.059)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(183)	(183)
Saldos em 30.6.2015	148.000	13.194	152.672	-	313.866
Saldos em 31.12.2015	148.000	14.087	169.461	-	331.548
Aumento de Capital com Reserva (Nota 13b)	19.000	-	(19.000)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	18.440	18.440
Destinações: - Reservas	-	922	17.343	(18.265)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(175)	(175)
Saldos em 30.6.2016	167.000	15.009	167.804	-	349.813

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

• Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

I) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho de 2016, corresponde a disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 320 mil (2015 - R\$ 628 mil).

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 2015, refere-se a aplicações em Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 236.808 mil. As receitas estão classificadas na Demonstração do Resultado, como Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários no valor de R\$ 13.225 mil (Nota 6c).

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

Carteira própria	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Cotas de fundos de investimentos	357.511	88.328
Total	357.511	88.328

b) Classificação por categorias e prazos - distribuídas de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos

Títulos (1)	Em 30 de junho - R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias
Títulos para negociação: (3)			
Letras financeiras do tesouro	-	72	-
Notas do tesouro nacional	35.646	-	-
Letras financeiras	13.302	1.583	9.848
Debêntures	-	-	6.724
Outros	142	-	142
Total em 2016	49.090	1.655	9.848
Total em 2015	44.714	7.476	5.055

(1) A distribuição foi efetuada de acordo com os papéis que compõem as carteiras dos fundos, preservando a classificação da categoria e na distribuição dos prazos, sendo considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

Do total aplicado no encerramento do período, R\$ 357.369 mil (2015 - R\$ 88.195 mil) eram em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

Títulos de renda fixa	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	23.602	5.662
Total	23.602	18.887

d) A BRAM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015.

7) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

|--|

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

IV - Movimentação das provisões

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
No início do semestre	161	257	5.569
Atualização monetária	5	8	141
Constituições líquidas de reversões	(1)	7	-
Pagamentos	-	(8)	-
No final do 1º semestre de 2016 (Nota 12)	165	265	5.710
No final do 1º semestre de 2015 (Nota 12)	163	186	5.452

(1) Compreende, substancialmente, ao processo de execução fiscal de ISS junto à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da BRAM são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação é a Autuação de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-base de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 14.820 mil (2015 - R\$ 13.551 mil).

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	8.512	6.679
Provisões fiscais (Nota 11b)	5.710	5.452
Impostos e contribuições a recolher	2.433	1.793
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 21c)	235	187
Total	16.890	14.111

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Provisão para participações nos lucros e resultados	9.913	10.091
Provisão para pagamentos a efetuar	7.030	8.232
Obrigações por aquisição de bens e direitos	259	315
Provisão para passivos contingentes (Nota 11b)	430	349
Total	17.632	18.987

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 167.000 mil (2015 - R\$ 148.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	9.322.059	9.322.059	148.000	133.000
Aumento de capital com reserva AGO/E (1)	-	-	19.000	15.000
Saldo em 30 de junho	9.322.059	9.322.059	167.000	148.000

(1) Em 20 de maio de 2016, o BACEN homologou a AGO/E de 29 de abril de 2016 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 19.000 mil, sem emissão de ações (em 27 de maio de 2015, o BACEN homologou a AGO/E de 28 de abril de 2015 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 15.000 mil, sem emissão de ações).

c) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros	182.813	165.866
- Reserva legal (1)	15.009	13.194
- Reserva estatutária (2)	167.804	152.672

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos Semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2016	2015
Lucro líquido	18.440	19.242
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(922)	(962)
Base de cálculo	17.518	18.280
Dividendos propostos	175	183
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	18,77	19,63

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 68.047 mil (2015 - R\$ 58.488 mil) corresponde às receitas auferidas na gestão de recursos de terceiros, calculado com base em percentual definido em contrato de intermediação de negócios (Nota 22b).

15) DESPESAS DE PESSOAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	12.403	10.586
Participação dos empregados nos lucros	9.538	9.394
Encargos sociais	4.457	3.556
Benefícios (1)	6.234	3.244
Treinamento	7	134
Provisões trabalhistas	5	8
Total	32.644	26.922

(1) Inclui Contribuição de Previdência Privada no montante de R\$ 4.841 mil (2015 - R\$ 2.002 mil).

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Comunicações	4.475	3.526
Processamento de dados	1.479	1.136
Serviços de terceiros	1.459	369
Serviços técnicos especializados	1.090	3.150
Propaganda, promoções e publicidade	994	708
Aluguéis	907	933
Depreciações e amortizações	447	514
Viagens	458	590
Transportes	178	273
Refeições e lanches	154	150
Contribuições filantrópicas	-	150
Manutenção e conservação de bens	79	69
Despesas de material	89	64
Outras	1.084	985
Total	12.893	12.617

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Contribuição à COFINS	3.972	3.388
Impostos sobre serviços - ISS	1.328	1.121
Contribuição ao PIS	666	572
Impostos e taxas	580	550
Total	6.546	5.631

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Reversão de outras provisões operacionais	1	509
Recuperação de encargos e despesas	1	-
Outras receitas financeiras	40	30
Total	42	539

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Ressarcimentos a clientes	3.935	72
Despesas financeiras	509	535
Provisões cíveis	15	45
Patrocínio	-	40
Outras	197	3
Total	4.656	695

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador (direto e indireto) e empresas coligadas estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2016 Ativos (passivos)	2015 Ativos (passivos)	2016 Receitas (despesas)	2015 Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A. (Controlador Indireto)	320	628	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A. (Controlador Indireto)	-	236.808	-	13.225
Dividendos:				
Banco Bradesco BBI S.A. (Controlador Direto)	(528)	(487)	-	-
Aluguel:				
Banco Bradesco BERJ S.A. (Coligada)	-	-	-	(71)
Banco Bradesco S.A. (Controlador Indireto)	-	-	(21)	(38)
Serviços prestados:				
Banco Bradesco S.A. (Controlador Indireto)	-	-	(7)	(6)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Atualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2016, foi determinado o valor máximo de R\$ 2.500 mil (2015 - R\$ 1.700 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 1.500 mil (2015 - R\$ 1.700 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabeleceu que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Proventos	1.003	390
Contribuição ao INSS	226	88
Total	1.229	478

Benefícios pós-emprego

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Planos de previdência complementar de contribuição definida	3.576	804
Total	3.576	804

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	34.922	32.012
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(15.715)	(12.805)
Participações em coligadas e controladas	(10)	(15)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas dedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.613)	(394)
Outras	856	444
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(16.482)	(12.770)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(11.712)	(9.085)
Impostos diferidos		
Constituição/(realização) no semestre, sobre adições temporárias	(4.770)	(3.685)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(16.482)	(12.770)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2015	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2016
Provisões cíveis	112	6	3	115
Provisões fiscais	1.620	57	-	1.677
Provisões trabalhistas	67	2	1	68
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	93	-	-	93
Provisão para participação nos lucros/gratificações	8.951	3.815	8.162	4.604
Outros (1)	941	117	601	457
Total dos créditos tributários (Nota 7b)	11.784	3.997	8.767	7.014
Obrigações fiscais diferidas (Nota 12a)	221	14	-	235
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	11.563	3.983	8.767	6.779

(1) Os valores correspondem basicamente a provisão de propaganda e publicidade.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2016 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Diferenças temporárias Contribuição social	Total
2016	445	300	745
2017	1.162	745	1.907
2018	1.355	887	2.242
2019	1.120	672	1.792
2020	205	123	328
Total	4.287	2.727	7.014

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 6.598 mil (2015 - R\$ 6.686 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da BRAM foram devidamente ativados.

22) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões coligadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A BRAM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BRAM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 30 de junho de 2016, somaram R\$ 422.397.446 mil (2015 - R\$ 366.795.849 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no período foi de R\$ 68.047 mil (2015 - R\$ 58.488 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/1